

O jornalismo como prática discursiva de transformação social ou de manutenção das desigualdades de gênero?¹

GUSTAFSON, Jessica

Jornalista (PUCRS), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (UFSC).
Bolsista Capes.
E-mail: je.g.costa@gmail.com.

NASCIMENTO, Fernanda

Jornalista (PUCRS), mestra em Comunicação Social (PUCRS) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Bolsista Capes.
E-mail: fn.imprensa@gmail.com.

Resumo

Propomos neste artigo uma reflexão sobre o jornalismo e sua tendência de atuar em consenso com a sociedade, fazendo circular discursos que reproduzem as relações de gênero e de poder hegemônicas e atuando na manutenção das desigualdades e violências simbólicas, no que se refere às mulheres e seus atravessamentos de raça, orientação sexual, classe e geração. Os Estudos de Gênero e a teoria da Análise Crítica do Discurso serão acionados na tentativa de propor uma atuação mais posicionada do campo para que se torne uma prática discursiva de mudança social.

Palavras-chave: Jornalismo; Discurso; Estudos de Gênero; Desigualdade Social; Transformação Social.

Abstract

This article post a reflection about journalism and its inclination to act in agreement with society, spreading speeches that reproduces gender relations and hegemonical power and maintaining inequality and symbolic violences, in reference to women and their race, sexual orientation, social class and generation. Gender Studies and Critical Discourse Analysis theory will be brought as endeavor to post a harder stand of journalism, for it to become a social changing discursive praxis.

Key-words: Journalism, Discourse, Gender Studies, Social Inequality, Social Transformation.

1 Trabalho inicialmente apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Curitiba, em 2017. O artigo passou por modificações e atualização de dados.

Introdução

A redução das desigualdades de gênero, entendidas como assimetrias produzidas historicamente por uma cultura que privilegia o masculino em detrimento ao feminino, passa por mudanças nos discursos que constroem as realidades sociais, permeados por relações de poder existentes na sociedade. Como afirma Joan Scott (1990), o gênero é uma forma primária de significar as relações de poder e, conforme Teresa de Lauretis, não é “uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos” (1994, p.208). Pode-se dizer que o discurso não só representa a sociedade, mas também a constrói e a modifica, não havendo uma única ordem do discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

Luiz Paulo da Moita Lopes (2006) considera que a mídia se utiliza de outras estratégias discursivas na direção de desconstruir o senso comum, de modo a articular outras ideologias. Ou seja, também não há uma única ordem do discurso da mídia, mas todo discurso é ideológico uma vez que o usuário está imbricado nos significados que produz, revelando seus interesses e valores. Este apontamento já sugere que uma das necessidades no jornalismo, no sentido de deixar de contribuir para as desigualdades sociais, é o abandono do discurso de imparcialidade e neutralidade que ainda reivindica para si. A estratégia, que visa à credibilidade da audiência, nada mais é que uma camuflagem ideológica, que comumente significa a reprodução do senso comum e os interesses dominantes.

Conforme Gaye Tuchman (1999), o “senso comum” pode ser compreendido que a maioria dos jornalistas considera como verdadeiro, ou dado como adquirido, desempenhando um papel importante na avaliação do conteúdo noticioso, determinando se uma informação será aceita ou não como um fato. A socióloga ressalta, assim, que a pretensa objetividade jornalística nada mais é do que um ritual estratégico que protege os jornalistas dos riscos da profissão. A partir desta perspectiva, a busca pela verdade e o trabalho de construção de um relato fiel e imparcial do jornalista são totalmente abalados. Contudo, a leitura de clássicos do campo demonstra como a discussão sobre a verdade e, por extensão, sobre objetividade, se mantém desde a institucionalização do jornalismo até a atualidade (DEMENECK, 2009, p.11).

Roberto Hackett (1999) aponta que a maioria das definições da linguagem comum consideram a parcialidade, que seria o oposto da objetividade, como a intrusão da opinião subjetiva do repórter ou da organização noticiosa no que seria pretensamente um relato factual. Esta intrusão seria detectada por dois indícios: a falta de equilíbrio entre pontos de vista concorrentes e a distorção tendenciosa e partidária da realidade. O momento de desequilíbrio é sugerido por outros sinônimos: preferencial, unilateral e parcial; e pelos antônimos: igual, igualitário, neutro e justo. Já o momento de distorção apresenta os sinônimos: deturpado, distorcido, indireto e estereotipado; e os antônimos: franco, factual, exato e verídico.

Por outro lado, ao mapear os diversos estudos que criticam a ideia de objetividade jornalística, Hackett (1999) explica que uma das linhas de abordagem é a que considera a ideologia como enquadramento ou quadros do mundo a serviço do poder de uma classe ou do Estado. Assim, a ideologia não se limita a um favoritismo, mas a imagem da sociedade em geral, e é este entendimento o que mais nos interessa neste trabalho. Os programas podem ser equilibrados, mas a questão são os problemas relativos ao modo e razão do acontecimento ser tratado de uma forma específica:

Pode ser que as próprias formas através das quais as notícias transmitem a sua imparcialidade e neutralidade sirvam para disfarçar (ou esconder) as pressuposições ideológicas subjacentes. Assim, o aparecimento de equilíbrio entre políticos concorrentes, as duas facetas da "estória", pode servir para desviar a atenção do espectador de questões como a de se apresentar os temas nestes termos ou a razão de se tratar realmente de um problema e dos motivos destes indivíduos (geralmente funcionários de instituições burocráticas, ou políticos eleitos de alto nível) se outorgarem o direito de definir o problema (HACKETT in: TRAQUINA, 1999, p.121-122).

Por isso, esta linha de pensamento considera que seria contraproducente insistir meramente no fato dos jornalistas aderirem a formas de imparcialidade, pois isso significaria simplesmente ajudar a notícia a se tornar ainda mais eficaz na dissimulação do seu enquadramento ideológico. Além do mais, as possibilidades de existência de discursos alternativos na mídia e, em especial, no jornalismo, não esbarram apenas na presença da ideologia de forma dissimulada, mas na própria concepção e modo de atuação deste campo, que opera essencialmente em consenso com a sociedade e seus valores, tendo um importante papel na criação da vida contemporânea com base nos discursos que faz circular (MOITA LOPES, 2006). Mesmo que aparentemente trate de assuntos novos e procure fontes plurais, a ordem do discurso pode continuar a ser hegemônica.

Ao analisar uma matéria do jornal *O Dia*, intitulada “Falta homem até para homem”, Moita Lopes conclui que a ordem do discurso da mídia, ainda que travestida de um interesse que parece focalizar experiências identitárias heterogêneas – homossexuais na busca por parceiros –, na verdade estava operando na construção da masculinidade hegemônica ao “tematizá-la como norma em relação à qual feminilidade e homoerotismo são igualmente construídos de modo essencializado” (MOITA LOPES, 2006, p.134).

Neste artigo, discute-se esta tendência do jornalismo de produzir discursos consoantes com os valores dominantes presentes na sociedade, a partir de uma lógica de atuar em consenso com a sociedade, conforme aponta Hall *et al* (1999). Considera-se que a tendência de atuar dentro do âmbito do senso comum limita as potencialidades do campo e reforça as desigualdades sociais referentes gênero, raça, classe, sexualidade e geração. Além do mais, a atuação do jornalismo está perpassada por relações de poder com suas fontes, privilegiando as vozes institucionais, consideradas as que apresentam maior credibilidade. Hall *et al* (1999) nos diz ainda que estas fontes não apenas informam sobre o tema tratado, mas direcionam o enquadramento dos temas abordados pelos jornalistas. Ou seja, direcionam os enquadramentos sobre o que podemos entender como realidade.

A construção de sentidos sobre o mundo presente nas notícias, incluindo a importância do questionamento sobre quais significados são esses e quais hierarquias eles reforçam, e o poder da linguagem para transformar a diferença em desigualdade, ao classificar e hierarquizar os sujeitos e identidades, servem de pano de fundo para pensar a prática jornalística e a construção da realidade. A articulação com a temática de gênero parte da constatação de Marcia Veiga da Silva (2014), de que as matérias jornalísticas reproduzem os valores hegemônicos que circulam na sociedade, incluindo assimetrias e representações de gênero. Em seu estudo, a pesquisadora conclui ainda que o jornalismo é masculino. Essa constatação se torna ainda mais abrangente quanto nos deparamos com as denúncias feitas por jornalistas sobre a violência de gênero sofrida por elas por parte das fontes e também por superiores dentro das próprias redações, potencializada pela omissão institucional aos casos.

Por fim, para discorrer sobre possibilidades de construir outras ordens do discurso adota-se as reflexões trazidas pela Análise Crítica do Discurso (ACD). O caráter emancipatório da ACD nos proporciona o suporte para pensarmos sobre as potencialidades do campo do jornalismo enquanto propulsor de transformações sociais, a

partir da desnaturalização das crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim da desarticulação de tais estruturas (RESENDE; RAMALHO, 2004). Considera-se que as crenças (ideologias) podem ser alargadas para abranger valores, visões de mundo, estereótipos, essencialismos e outras formas de transformar a diferença em desigualdade por meio da linguagem, operando na organização e manutenção da hegemonia de determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Jornalismo e cultura

Pensar as relações de gênero como algo que extrapola os corpos é uma das contribuições dos Estudos de Gênero que permite a reflexão sobre a desigualdade dentro das mais diversas instituições sociais, de suas práticas e dos conceitos que as sustentam. Ou seja, o entendimento de que as assimetrias de gênero constituem as instituições sociais e são também reproduzidas por elas. Além disso, as relações de gênero não são mais problematizadas apenas entre homens e mulheres, mas entre homens e homens, entre mulheres e mulheres, entre adultos e crianças e idosos, pois todos somos desde sempre seres gendrados e generificados (MARTINEZ *et al*, 2016). Ao realizar uma pesquisa de observação participante em um telejornal e concluir que o gênero do jornalismo é masculino, Veiga da Silva (2014) entende que a generificação acontece a partir da reprodução das relações de gênero e de poder hegemonicamente prevalentes na cultura, tanto nas relações dentro das redações quanto nas notícias produzidas, refletindo em hierarquias e desigualdades.

A pesquisadora considera ainda que todos os tipos de conhecimento jornalístico são perpassados por uma racionalidade constituída de forma predominante a partir de um paradigma moderno/positivista e de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heteronormativo e ocidentalista, os quais estabelecem os valores que legitimam o saber como verdade. E são os procedimentos jornalísticos para obtenção de informações os principais modos de agregar valores de veracidade e neutralidade às notícias, orientadas pelas noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade (VEIGA DA SILVA, 2014; 2015).

O caminho para compreender o modo de atuação deste campo e sua tendência a reprodução das relações de gênero e de poder perpassa necessariamente o âmbito cultural, pois o processo que envolve o jornalismo e a sociedade tem a cultura, com seu sistema de valores, como denominador comum (VEIGA DA SILVA, 2014). Tanto o jornalismo

se inspira e se baseia em visões de mundo circulantes na sociedade quanto esta é influenciada pelo jornalismo. “Assim, o jornalismo é um conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo (VEIGA DA SILVA, 2014, p.63).

Os jornalistas não relatam de uma forma transparente os acontecimentos que por si só seriam “naturalmente” noticiáveis, conforme aponta Hall *et al* (1999). As notícias são o produto de um complexo processo de seleção e escolhas a partir de um conjunto de categorias socialmente construídas. Além disto, os significados e conotações que fazem parte da contextualização dos acontecimentos não são imutáveis nem predeterminados, mas são produto de uma luta política em torno da imposição de significados. E o jornalismo participa desta luta, construindo ativamente a realidade. Para Hall *et al* (1999), a realidade é:

O resultado de um modo particular de construção da realidade. Os media noticiosos definiam, não se limitando a reproduzir, a realidade. As definições de realidade eram sustentadas e produzidas através de todas aquelas práticas linguísticas (em sentido lato) por meio das quais as definições seletivas do real eram representadas. Isso implica trabalho ativo de selecionar e apresentar, de estruturar e dar forma: não apenas a transmissão de um significado já existente, mas o trabalho mais ativo de dar significado as coisas (HALL *et al*, 1999, p.64).

O processo de identificação e contextualização dos acontecimentos é a forma mais eficaz da atuação jornalística para significar o mundo. Esses significados só terão sentido se forem colocados no âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. É aí que reside a sua relação consensual com a sociedade. Se os jornalistas não dispusessem de tais “mapas” culturais do mundo social, não poderiam dar sentido aos acontecimentos mais inesperados e invulgares (HALL *et al*, 1999). É neste trabalho rotineiro, no qual são utilizados quadros de referência, que os jornalistas tornam o mundo inteligível aos leitores/ouvintes/espectadores: “Esse processo de tornar um acontecimento inteligível é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona” (HALL *et al*, 1999, p.226).

Tornar o mundo inteligível a partir dos mapas existentes indica que a produção jornalística está relacionada com uma certa estabilidade de significados, eliminando os sentidos trazidos por possíveis tensionamentos sociais, fugas das normas e principalmente pela complexidade dos sujeitos e identidades. Ao retomarmos a racionalidade que está

presente no conhecimento produzido pelo jornalismo, construída a partir de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heteronormativo, ocidentalista, como ressalta Veiga da Silva (2015). Pode-se analisar ainda que o jornalismo reproduz as desigualdades existentes neste sistema e reforça o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero (BENTO, 2012).

A ideia de consenso, que sugere uma certa homogeneidade social, esconde os constantes conflitos existentes na luta por significados. O próprio feminismo é um campo de disputas por significado, sendo mais corretamente chamado de feminismos, sinalizando as múltiplas correntes de interesses e lutas que envolvem o movimento. Falar sobre o tema implica em ressaltar essa multiplicidade de perspectivas. O jornalismo tem abordado de forma mais frequente as pautas feministas, mas segundo Terezinha Schmidt (2006), por meio de discursos totalizadores e desconsiderando os debates mais atuais de gênero.

Analisando reportagens no âmbito do jornalismo cultural, a pesquisadora observa, em um dos textos, que o jornalista se recusa a utilizar o termo feminista nas suas referências às conquistas das mulheres, enunciadas como “avanços femininos”: “Não é de hoje nem de ontem que o termo ‘feminismo’ sofre uma sistemática depreciação e deslegitimação nos mais diversos círculos letrados do país” (SCHMIDT, 2006, p.765). Para a autora, as reportagens analisadas se sustentam sob bases ideológicas que produzem efeitos discursivos derivados de uma mesma matriz hegemônica que é a misoginia, cujo intento sempre foi o de normatizar, regular e controlar o espaço, os papéis e as intervenções das mulheres na vida social.

A voz dominante de quem detém o poder no jornalismo é outro fator que limita essas aberturas, dando espaço para posições normativas que passam a ilusão de serem as únicas possíveis. Hall *et al* (1999) chama a atenção para a rotina da produção de notícias estar relacionada a reprodução das definições dos poderosos. Os jornalistas não criam de forma espontânea as notícias, mas dependem dos assuntos fornecidos por fontes institucionais e credíveis. As noções de imparcialidade, neutralidade e equilíbrio dão origem à prática de assegurar que as reportagens sejam fundamentadas em afirmações objetivas e autorizadas de fontes dignas de crédito:

Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade dos media, e que se desenvolveram a partir de um anseio de maior neutralidade profissional, servem também para orientar poderosamente os medias nas “definições da realidade social” que as suas “fontes

acreditadas” – os “porta-vozes” institucionais – fornecem. [...] Deste modo, os media tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade (HALL *et al*, 1999, p.229).

Estes porta-vozes institucionais são considerados os definidores primários dos tópicos que serão noticiados. Isso significa que definirão a interpretação primária do tema, norteando as futuras coberturas e debates. Mesmo que fontes contrárias sejam ouvidas, elas serão obrigadas a se inserirem na definição já posta do que está em questão, no seu enquadramento interpretativo inicial. Para Hall *et al* (1999), os jornalistas muitas vezes não seriam os definidores primários dos acontecimentos noticiosos. É essa relação estruturada que revela o papel ideológico do jornalismo, com a sua tendência a reprodução das ideologias dominantes.

Discurso e Hegemonia

Na Análise Crítica do Discurso (ACD), o conceito gramsciano de hegemonia¹ ganha centralidade para se pensar a ordem do discurso. Para isso, a semiose, que inclui todas as formas de construção de sentido – imagens, linguagem corporal e a própria língua – é entendida como um elemento ou momento do processo social material. Ou seja, o discurso é um momento das práticas sociais e um modo de ação sobre o mundo e a sociedade. Nesta concepção, o discurso é socialmente constitutivo – através do discurso se constituem estruturas sociais – e constituído socialmente (RESENDE; RAMALHO, 2004).

Ao considerar a vida social como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos, todas com um elemento semiótico, podem-se combinar as perspectivas de estrutura e de ação:

Uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturadas; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las (FAIRCLOUGH, 2012, p.303).

A semiose atua como parte da atividade social inserida em uma prática, mas também nas representações. Para Norman Fairclough, os atores sociais produzirão representações de modo distinto, dependendo da posição que ocupam dentro de suas

práticas. Ela também constitui gêneros discursivos: “a semiose na representação e autorrepresentação de práticas sociais constitui discursos, que são as várias representações da vida social”, (FAIRCLOUGH, 2012, p.303). É este papel da semiose que mais nos interessa para pensar o jornalismo, no que se refere às representações da vida social e a sua tendência a fazer circular um discurso hegemônico sobre ela.

No que se refere às mulheres, podemos pensar na tendência de essencializar o sujeito “mulher”, como um ser único e universal, esquecendo os diferentes posicionamentos que se referem aos seus atravessamentos de raça, classe, sexualidade e geração. Além da atribuição de características estereotipadas e naturalizadas, ligadas à maternidade ou o predomínio da emoção/sensibilidade em contraponto à razão, reforçando certos binarismos que a colocam em oposição ao sujeito homem. Essa representação reforça e reflete as assimetrias presentes na sociedade, marcadas pela desvalorização das características atribuídas ao feminino e constituintes de uma ideologia marcada por significados gerados e constantemente tensionados no âmbito das relações de poder.

Cabe ressaltar que os sujeitos não são totalmente responsáveis pelos seus discursos, sendo interpelados pelo momento social e histórico em que estão inseridos. A partir desta ideia, podemos pensar sobre o sujeito jornalista enquanto integrante de uma dada sociedade, que compreende a realidade a partir de um complexo de formações ideológicas que circulam nela, mas também como construtor de discursos permeados por consensos sociais. Fairclough (2001) considera que a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam as relações de poder e as ideologias particulares:

O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta (FAIRCLOUGH, 2001, p.94).

A ordenação particular das relações entre vários modos de construir sentido, articulando diversos discursos e gêneros é o que a ACD chama de ordem do discurso. E um dos aspectos desta ordenação é a dominância: “Algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens do discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas” (FAIRCLOUGH, 2012, p.310). Ao tornar-se parte do senso comum legitimador que sustenta as relações de dominância, esta ordem será hegemônica. Contudo,

a hegemonia será sempre contestada em menor ou maior proporção, pois uma ordem do discurso não é um sistema fechado, mas sempre aberto e posto em risco, residindo aí as possibilidades de mudança.

As chances de desvio envolvem o posicionamento que o discurso terá em relação às hegemonias e lutas hegemônicas, ao contestar certas práticas ou tomá-las como dadas. Entender a mulher enquanto sujeito único, marcada por características biológicas, ou como Berenice Bento (2012) pontua, seguindo a lógica vagina-mulher-feminino em oposição ao pênis-homem-masculino é tomar certos sentidos hegemônicos como dados. A hegemonia do discurso sobre gênero está atrelada a outro disposto que é o da heterossexualidade.

Segundo Bento, o conceito de heteronormatividade pode ser entendido como a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma. “É o lugar que designa a base de inteligibilidade cultural através da qual se naturaliza corpos/gêneros/desejos e definirá o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero” (BENTO, 2012, p.51). A contestação e possibilidade de desvio partiria da problematização de que não existe nenhuma essência no gênero, e conseqüentemente na mulher, pois a mulher XX e o homem XY são resultados de tecnologias discursivas que produzem os homens e mulheres. Denunciar o caráter artificial de todo gênero é criar tensionamento e possibilidade de transformação.

No que se refere ao jornalismo, alguns fatores de sua própria prática são barreiras para que isso se efetive, como pontuamos anteriormente. Fairclough também caminha na direção de Hall *et al* (1999) ao apontar como entrave a tendência dos jornalistas de agirem como “mediadores”, cultivando características que são típicas da audiência alvo e uma relação de solidariedade com a suposta audiência. Embora exista a explicação da demanda mercadológica, que envolve a captação de consumidores, essa dinâmica é mais complexa e está relacionada, principalmente, com relações de poder existentes na sociedade: “Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas na mídia” (FAIRCLOUGH, 2001, p.143).

Um exemplo das assimetrias de poder perpassadas pelo gênero é a predominância de homens como fontes das matérias. Nos Estados Unidos, uma pesquisa qualitativa feita em 2004 demonstrou que os homens são utilizados com fontes de notícias duas vezes mais que as mulheres (ALLAN, 2010). Em pesquisa mais recenteⁱⁱ, que analisou o

cenário global sobre as fontes utilizadas pelo jornalismo, os resultados demonstraram que, dos 114 países monitorados, apenas 19% do total de especialistas nas matérias jornalísticas eram mulheres. No Caribe e na América Latina, o percentual foi um pouco maior, com 29% e 27%, respectivamente.

Além da escolha das fontes, a linguagem é transformada pelo jornalista para facilitar a compreensão da audiência, o que torna ainda mais fácil adotar os sentidos dos poderosos. A estratégia ideológica significa transmitir a voz do poder de forma um tanto dissimulada. A consequência dessa forma de atuação é a manutenção de hierarquias e das forças dominantes. Por outro lado, se efetua uma invisibilidade de posições alternativas, que ofereçam algo fora das atuais matrizes de inteligibilidade e de exclusão.

Embora o processo de transformação seja difícil, sempre existem brechas que acabam lentamente por ruir certas estruturas. Fairclough (2001) traz como exemplos algumas mudanças da contemporaneidade no que se refere ao discurso, sendo uma delas relacionadas especificamente à temática de gênero, e que estão ligadas a processos mais amplos no âmbito social e cultural. A “democratização” do discurso, entendida como a retirada de desigualdades e assimetrias de direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico, se configura como uma das tendências das sociedades contemporâneas, embora seja um processo que acontece de forma desigual dependendo do contexto. “Aspectos discriminatórios (e, portanto, antidemocráticos) da língua e do uso linguístico têm sido largamente documentados como o uso de ‘ele’ como se fosse um pronome genérico para se referir tanto a mulheres quanto a homens” (FAIRCLOUGH, 2001, p.253).

O caráter sexista da linguagem é atualmente uma das críticas do movimento feminista, que se insere em um contexto de debate sobre a democratização das relações de gênero, apresentando uma faceta discursiva. Para Fairclough (2001), muitas mulheres e homens têm intervindo ativamente para tornar as práticas linguísticas menos discriminatórias, sendo uma das formas mais importantes de intervenção as lutas de natureza mais hegemônicas para mudar práticas. Um exemplo é buscar formas de interação mais colaborativas e menos competitivas, pois existe a tendência de que a intervenção feita pelos homens se dirijam a “dimensões discursivas de práticas de masculinidade” (FAIRCLOUGH, 2001, p.254), a partir de pressupostos de que ser homem implica em práticas discursivas agressivas.

O teor masculinista da linguagem também pode ser questionado no âmbito do jornalismo. Entretanto, mais importante é perceber que os tensionamentos de gênero já estão se realizando no âmbito do discurso e, para o interesse específico deste artigo, podem refletir no conteúdo jornalístico, não somente na produção de matérias específicas sobre a desigualdade de gênero, mas também na mudança de abordagem, no sentido de questionar a norma hegemônica que sustenta as assimetrias: “A luta sobre essas formas continua e, embora a democratização das práticas de gênero não seja um processo fácil e universal, as assimetrias de gênero no discurso têm sido desnaturalizadas e problematizadas numa escala significativa” (FAIRCLOUGH, 2001, p.255).

Ao mapear os estudos com viés de gênero dentro do campo da comunicação, as pesquisadoras Ana Carolina D. Escosteguy e Márcia Rejane Messa (2006) observam que entre os anos de 1992 e 2002 foram produzidas 24 pesquisas em nível *scripto sensu* relacionadas à mídia impressa e 17 relacionadas ao meio audiovisual. No que diz respeito ao objeto de estudo, foi constatado um predomínio no foco da mensagem produzida, mas sob uma diversidade de enfoques. Mais recentemente, Monica Martinez *et al* (2016) realizaram um mapeamento junto à base de dados da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), tendo como enfoque específico a produção de trabalhos sobre jornalismo e gênero. Entre os anos de 2010 e 2014 foram encontrados cinco trabalhos com a temática.

Embora ainda de forma tímida, com pouca produção de pesquisas acadêmicas, os debates sobre gênero estão sendo realizados no âmbito do jornalismo e, em especial, sobre o discurso jornalístico, na esfera acadêmica. Se faz notável ainda a mobilização de jornalistas para coibir práticas de assédio no seu cotidiano de trabalho, denunciando os abusos sofridos internamente e externamente. Em pesquisa realizada pela Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) em 2017 e apresentada na véspera do Dia mundial de Combate à Violência contra Mulheres, celebrado em 25 de novembro, 400 mulheres jornalistas de 50 países foram ouvidas sobre o tema.

Os resultados divulgados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)ⁱⁱⁱ demonstraram que 48% delas sofreram violência de gênero relacionada ao seu trabalho, sendo 44% assédio online; Entre as formas de violência de gênero sofridas pelas jornalistas estão o abuso verbal (63%), o abuso psicológico (41%), o assédio sexual (37%), a exploração econômica (21%) e quase 11% sofreram violência física; Sobre os agressores, 45% eram pessoas de fora do local de trabalho, como fontes, políticos e

leitores e, em 38% dos casos, a violência foi cometida por chefes ou superiores dos próprios locais em que elas trabalham.

Outra constatação importante da pesquisa foi que 84,8% das jornalistas que denunciaram não consideram que foram tomadas as medidas necessárias contra os assediadores. Uma das explicações para a impunidade é que apenas 26% dos locais de trabalho têm uma política que trata da violência de gênero. Se por um lado os dados demonstram o grande número de jornalistas que sofrem assédio, por outro explicitam a existência de iniciativas interessadas em mapear as circunstâncias e denunciar as opressões de gênero existentes no âmbito do jornalismo, intensificadas pela omissão institucional aos casos. A divulgação de pesquisas como essa podem despertar nas redações uma maior atenção para o fator de gênero imbricado nas relações de poder existentes dentro da profissão.

Acredita-se, assim, que estes tensionamentos existentes tanto na sociedade, com uma crescente militância feminista, quanto nas redações e na universidade, com a politização da produção de conhecimento, já estão refletindo na produção das notícias jornalísticas, mas de forma pontual. Mesmo que reportagens sobre feminismos, violência de gênero e diversidade estejam sendo produzidas, elas costumam estar enquadradas nas matrizes de inteligibilidades aceitas pela sociedade, como afirma Bento (2012) ao problematizar o próprio enfoque normativo do feminismo:

A produção da mulher hiper-real responde mais a uma demanda de manutenção de determinadas posições de prestígio de feministas que operam seus modos operandi pela matriz heterossexual do que por uma busca em desconstruir e problematizar, ou seja, pôr em questão as dinâmicas sociais que produzem os gêneros inteligíveis. O que significa que o velho binarismo estruturalista nunca esteve tão em voga e tão poderoso como agora. Ele está no Estado, em suas políticas, está na militância. Margem versus centro, dominado versus dominador, homem versus mulher, homossexual versus heterossexual. Eis apenas alguns dos binarismos. A única diferença possível é o plural de dois (BENTO, 2012, p. 100).

Toma-se, assim, como desafio, pensar nas possibilidades de produção de matérias que questionem mais enfaticamente a norma hegemônica que sustenta as hierarquias, rompendo com os binarismos que fazem parte da heteronormatividade e da naturalização das atribuições dos papéis masculinos e femininos, relacionando os homens à cultura e ao espaço público e as mulheres à natureza e ao espaço doméstico.

Considerações finais

O sistema de significados sociais tem despertado a atenção dos feminismos, nas últimas décadas. A grande questão que parece demandar o olhar para o campo simbólico é o motivo pelo qual a masculinidade foi associada ao poder e o fato dos valores mais altos estarem relacionados aos atributos ligados à virilidade do que à feminilidade. Scott (1990) considera que não é possível responder esta questão sem dar atenção aos sistemas de significados, ou seja, às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido de experiência. “Sem o sentido, não tem experiência, sem o processo de significação, não tem sentido” (SCOTT, 1990, p.15).

Ao refletir sobre o jornalismo e sua atuação em consenso com a sociedade, podemos observar que as matérias que produzem sentidos diferenciados sobre as mulheres, menos essencializados e com uma pluralidade maior de representações, tem sido mais frequentes na mídia nos últimos anos, principalmente pelo surgimento de coletivos feministas formados por jornalistas. Esse fenômeno, certamente, é resultado das lutas constantes e intensas que as feministas vêm travando no âmbito social, questionando o assédio nos locais de trabalho, a violência de gênero, o sexismo da linguagem, o caráter machista da mídia, a invisibilidade histórica das mulheres em diversas áreas do conhecimento, o controle dos corpos, da sexualidade e o duro julgamento moral que sofrem por qualquer escolha autônoma tomada. O jornalismo, ao estar imerso nesta mesma sociedade, não poderia fechar os olhos para um movimento tão expressivo, que incluiu ainda a presença das próprias jornalistas.

Por outro lado, embora essas reportagens apareçam com maior frequência nos veículos, isso não quer dizer que já tenha existido uma mudança significativa na ordem do discurso do jornalismo no que se refere às mulheres. Os essencialismos, preconceitos e machismos são vistos diariamente nas matérias que tratam de temas cotidianos, ao questionar se a vítima foi realmente estuprada por estar à noite na rua ou em um baile funk, ao perguntar a uma mulher famosa como se divide entre o trabalho e o cuidado com os filhos, ao elogiar uma profissional por sua aparência física, ao investigar a atuação de uma clínica de aborto etc.

Lárrisa Pelúcio (2012), no texto *Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer*, aborda o esforço de diversos

teóricos e teóricas para construir uma nova gramática própria para as suas falas. Entre as “camadas subalternas” que reivindicam e constroem esta nova epistemologia estão as mulheres, autoras não brancas e não ocidentais que reconhecem como sendo saberes subalternos justamente pelo enfrentamento teórico, metodológico, ético e epistemológicos que fazem aos saberes hegemônicos:

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas (PELÚCIO, 2012, p.399).

Ouvir as mulheres em suas pautas e representá-las de forma múltipla é um dos caminhos para que o jornalismo deixe de reproduzir as desigualdades sociais que as tocam. De certa forma, como colocado anteriormente, isso já vem sendo feito nos últimos anos e a iniciativa parece estar se disseminando cada dia mais para as diferentes mídias. A lógica das fontes credíveis, que são as detentoras de poder social - normalmente os homens brancos em cargos institucionais - é abalada neste processo. Contudo, o que Pelúcio (2012) nos provoca é uma reflexão mais profunda ao tratar dos saberes subalternos. Assim, no caso do jornalismo, podemos pontuar a urgência de uma ruptura mais radical, no que se refere as práticas e aos fundamentos que as sustentam e que constituem os saberes que circulam na sociedade através dos conteúdos jornalísticos. Ou seja, o rompimento com o discurso de imparcialidade e neutralidade dentro do jornalismo, pois o discurso como vimos sempre é ideológico. Somente isso pode abrir espaço para uma tomada de posicionamento. Refletindo sobre o jornalismo a partir da afirmação de Audre Lorde (s.d.) de que as ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande, consideramos que os fundamentos jornalísticos que sustentam certas práticas precisam ser questionados se almejamos novos objetivos a partir da prática discursiva.

Dizer-se objetivo no caso do jornalismo é ocultar que apenas uma gramática é legítima para os jornalistas e que as “verdades” que constituem os discursos estão tão sólidas que nem notamos seu caráter construído no âmbito de relações de poder. A proposta final deste artigo se refere, então, a uma ruptura do paradigma que historicamente invisibiliza os corpos que estão imbricados na produção discursiva, no sentido de que eles possam ser responsabilizados por suas práticas de olhar o mundo. Marcar então os corpos não marcado dos jornalistas é caminhar para o entendimento de

que sempre se fala de algum lugar e que esse local de enunciação é privilegiado. Por fim, consideramos que se posicionar na luta contra as hierarquias de gênero é dever do jornalismo se ainda pretende segurar a bandeira da cidadania, democracia e direitos humanos. Simular um não posicionamento significa estar do lado do machismo, do racismo e da homofobia.

Referências

- ALLAN, S. O jornalismo e a cultura da alteridade. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 2, Brasília: UNB, 2010.
- BENTO, B. A. de M. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2012.
- DEMENECK, B. **Objetividade Jornalística: o debate contemporâneo do conceito.** 133 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Florianópolis: UFSC, 2009.
- ESCOSTEGUY, A. C. D.; MESSA, M. R. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil [p.65-82]. **Contemporânea**, v.4, n.2, São Carlos: UFSCar, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. **Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica** [p. 307-329]. Tradução Iran Ferreira de Melo, **Linha D'Água**, v. 25, n. 2, São Paulo: USP, 2012.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Editora Unb, 2001.
- HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. IN: Traquina, Nelson. **Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"**, Lisboa: Vega, 1999.
- HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media [p.224-247]. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Veja, 1999.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242. <http://marcoaureliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>
- LORDE, Audre. **Textos escolhidos.** Herética Difusão Lesbofeminista Independente, s.d.
- MARTINEZ, Monica *et al.* Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos - Midia, Cultura e Tecnologia**, v. 23, n.2, Porto Alegre: PUCRS, 2016.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. "Falta homem até pra homem": a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático [pp. 131-157]. In: HEBERLE, Viviane Maria;

OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (Org.). **Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci [p. 54-77]. **Revista Debates**, v.4, n.1, Porto Alegre: UFRGS, 2010.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer [p. 395-418]. **Contemporânea**, v.2, n.2, São Carlos: UFSCar, 2012.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. C. V. S. **Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas** [p. 185-207]. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, v. 5, n.1, Tubarão: Unisul, 2004.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica [p. 71-99]. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SCHMIDT, T. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira [p. 765-799]. **Revista Estudos Feministas**, v.14, n.3, Florianópolis: UFSC, 2006.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade**. 276 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre: UFRGS, 2015.

TUCHMAN, G. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas** [p. 74 a 90]. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

i Ao analisar os conceitos que são articulados na ACD, Resende e Ramalho (2004) consideram que a concepção gramsciana (1988, 1955) de hegemonia converge para a proposta dialética da ACD, de pensar as práticas sociais como essencialmente contraditórias e em permanente transformação. Assim, o poder de uma das classes em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade nunca é atingido senão parcialmente e temporariamente na luta hegemônica. Já no âmbito da comunicação, Dênis de Moraes (2010) afirma que para consolidar sua influência ideológica, o bloco hegemônico precisa ter uma direção ético-política eficiente. Isso será obtido a partir de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social. Assim, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que envolvem “o plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se” (MORAES, p.55, 2010).

ii O Projeto de Monitoramento Global de Meios realizou a pesquisa no ano de 2015.

iii Os dados estão divulgados em notícia publicada no site da FENAJ - <http://fenaj.org.br/uma-em-cada-duas-jornalistas-sofre-violencia-de-genero-no-trabalho-revela-fij/>